



Manual de Diretrizes de Conduta

Ética da BB DTVM

O Mercado de Capitais brasileiro e, em particular, a indústria de fundos de investimento é ambiente fortemente regulado. Tal regulação, além de promover o bom funcionamento do mercado, exige da BB DTVM e seus participantes, padrão ético condizente com o dever de fidúcia ao qual estão submetidos, seja na qualidade de Administradores ou de Gestores de Fundos de Investimento.

Considerando as particularidades descritas acima, o presente Manual tem por objetivo disciplinar a conduta dos profissionais que atuam na BB DTVM, inclusive de sua Alta Administração, de forma complementar às regras contidas nas Normas de Condutas e Código de Ética do Banco do Brasil.

É dever de todos nós agirmos de acordo com as diretrizes deste Manual e disseminarmos os preceitos aqui contidos, para mantermos um ambiente de trabalho íntegro, confiável e socialmente responsável.

Buscamos a excelência na gestão de fundos de investimento e não compactuamos com fraudes, corrupção ou qualquer outra conduta que viole as normas e prejudique a confiança depositada por nossos públicos de relacionamento.

O diálogo é essencial para a adequada aplicação das Diretrizes aqui contidas. Assim, em caso de dúvidas, ou diante de um dilema do cotidiano de trabalho, incentivamos os funcionários a conversarem com seus superiores hierárquicos e colocamos meios à disposição para que o Comitê de Ética também possa auxiliar na elucidação de dúvidas.

Cultivamos, promovemos e disseminamos os mais elevados padrões de ética e *compliance*, bem como mantemos canal para receber reclamação ou denúncia sobre desvio de conduta porventura observado, além de garantirmos o sigilo na condução das denúncias.

Somos uma Gestora de Fundos de Investimento inovadora e comprometemo-nos a trabalhar juntos para garantir o elevado padrão de integridade na Instituição.

Conselho de Administração

Márcio Hamilton Ferreira
Presidente do Conselho

Antônio Maurício Maurano
Vice Presidente do Conselho

Bruno Nunes Sad
Membro do Conselho

Pricilla Maria Santana
Membro do Conselho

Diretoria Executiva

Paulo Roberto Lopes Ricci
Diretor-Presidente

Carlos Jose da Costa André
Diretor Executivo

João Vagnes de Moura Silva
Diretor Executivo

Ana Paula Teixeira de Sousa
Diretora Executiva

Janeiro de 2018.

SUMÁRIO

Propósito, Valores, Visão e Posicionamento da BB DTVM.....	05
CAPÍTULO I – Conduta Ética Profissional	06
1.1 Público Alvo	06
1.2 Deveres	06
1.3 Vedações	07
CAPÍTULO II – Conflito de Interesse	08
CAPÍTULO III – Relacionamento com Terceiros	09
3.1 Clientes	10
3.2 Mercado e Concorrentes	10
3.3 Imprensa e Mídia Digital	10
3.4 Governo	11
3.5 Acesso às dependências da empresa.....	11
CAPÍTULO IV – Presentes e Favores	12
CAPÍTULO V – Normas para Investimentos Pessoais	13
5.1 Regras e condições para negociação de ativos permitidos.....	13
5.2 Vedações	14
CAPÍTULO VI – Disposições Finais	15
6.1 Dúvidas e Denúncias.....	15
6.2 Responsabilização.....	15
6.3 Termo de Ciência e Declaração Anual	16
6.4 Prazo de Revisão	16

Propósito

- ✓ Prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas.

Valores

- ✓ Foco no cliente;
- ✓ Inovação;
- ✓ Ética;
- ✓ Eficiência;
- ✓ Espírito Público;
- ✓ Confiabilidade;
- ✓ Protagonismo.

Visão

- ✓ Ser a empresa que proporciona a melhor solução em gestão de recursos de terceiros, de forma inovadora, eficiente e sustentável.

Posicionamento

- ✓ Uma gestora de recursos inovadora, que viabiliza as realizações das pessoas.

CAPÍTULO I – CONDUTA ÉTICA PROFISSIONAL

1.1 PÚBLICO ALVO

1. O Manual de Diretrizes de Conduta Ética da BB DTVM é aplicado aos conselheiros, membros da Diretoria Executiva, empregados e colaboradores da BB DTVM.

1.2 DEVERES

1. Pautar sua conduta pelo Código de Ética e pelas Normas de Conduta do Banco do Brasil.
2. Cumprir as disposições dos códigos, regulamentos e normativos legais aplicáveis aos mercados financeiro e de capitais que digam respeito às suas atividades específicas, zelando pelo cumprimento das mesmas, numa atitude permanente de conformidade.
3. Orientar sua atuação e exercer suas atividades em linha com a conduta esperada dos profissionais de mercado, prevista em legislação ou princípios de autorregulação, notadamente quanto à utilização de conhecimento privilegiado sobre atividades da empresa ou de seu negócio.
4. Respeitar e fazer cumprir a segregação na administração dos recursos da empresa e de terceiros.
5. Manter-se atualizado com as melhores práticas de mercado, buscando a manutenção de nível de capacitação e aperfeiçoamento profissional que lhe permita o melhor desempenho de suas funções.
6. Abster-se de manter, sob sua subordinação imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro(a) ou parente, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau em linha direta e colateral.
 - a) São considerados parentes: Consanguíneos - pai, mãe, filho(a), avô, avó, neto(a), bisavô(ó), bisneto(á), irmão(ã), tio(a) e sobrinho (a). Afinidade - sogro(a), genro, nora, madrasta, padrasto, enteado(a), cunhado(a); do cônjuge ou do companheiro(a): avô(ó), neto(a), bisavô(ó), bisneto(á), irmão(ã), tio(a) e sobrinho(a).
7. Dispensar tratamento igualitário na tomada de decisões de investimento, eximindo-se de privilegiar cotistas em detrimento de outros.
8. Comunicar a seus superiores a ocorrência de fatos ou procedimentos de que venha a tomar conhecimento e que não sejam condizentes com o Código de Ética e as Normas de Conduta do Banco do Brasil, assim como as Diretrizes de Conduta Ética da BB DTVM.

9. Autorizar, incondicionalmente, a escuta telefônica nos ramais corporativos gravados (a qualquer tempo, sem prévia solicitação ou comunicado, para efeito exclusivo de verificação de conformidade com as diretrizes da BB DTVM), que poderão ser executadas pelo Gerente da Divisão de Operações em Mercado (para os respectivos operadores), pelo Gerente da Divisão de Conformidade ou pelo Gerente Executivo de Gestão de Riscos e Conformidade.
10. Autorizar, incondicionalmente, o acesso às mensagens transmitidas por meios corporativos (*e-mail*, correio SISBB, etc.), a qualquer tempo, sem prévia solicitação ou comunicado, para efeito exclusivo de verificação de conformidade com as diretrizes da BB DTVM, que poderá ser executado diretamente pelo Gerente da Divisão de Conformidade ou pelo Gerente Executivo de Gestão de Riscos e Conformidade, ou por estes solicitados, aos gestores dos sistemas de comunicação corporativa.
11. Apresentar, quando solicitado pela Divisão de Conformidade, cópia de extrato de movimentação de investimentos para verificação do cumprimento das regras contidas no Capítulo V – Normas para Investimentos Pessoais.
12. Manter-se informado e atualizado sobre as Políticas, Manuais, Códigos, Programa de Integridade e demais documentos com as diretrizes da BB DTVM.
13. Manter-se informado e atualizado sobre os Informes de *Compliance*, de Risco Operacional e de Autorregulação.
14. Manter-se atualizado sobre a Lei Anticorrupção Brasileira e os Decretos, Resoluções e Normativos derivados dos Órgãos de Controle e Fiscalização Governamental e oriundos do Banco do Brasil e da BB DTVM.

1.3 VEDAÇÕES

1. Praticar atos que possam ser entendidos como de manipulação de preços ou que venham a gerar condições artificiais de negociação de mercado.
2. Utilizar informações obtidas no exclusivo exercício de suas atividades profissionais (“*uso de informações privilegiadas*”) quando da aquisição e movimentação de cotas de fundos de investimento ou de títulos e valores mobiliários.
3. Utilizar informações obtidas no exclusivo exercício de suas atividades profissionais (“*uso de informações privilegiadas*”) quando da elaboração de trabalhos técnico-científicos ou acadêmicos, ainda que destinados a cursos realizados com incentivo financeiro da BB DTVM ou de empresas do Conglomerado a qual pertence.
4. Manifestar-se publicamente, por quaisquer meios de comunicação, sem prévia autorização, em nome da BB DTVM, sobre assuntos que envolvam seus prestadores de serviços ou os fundos por ela administrados/geridos.

5. Emitir manifestação, em qualquer hipótese, por qualquer meio, que possa induzir o cliente à percepção de existência de garantia do retorno do investimento efetuado.
6. Desenvolver negócios ou atividades particulares que comprometam a qualidade dos trabalhos desenvolvidos na empresa.
7. Transferir para si ou terceiros trabalhos desenvolvidos na empresa.
8. Usar as instalações, equipamentos, sistemas ou outros recursos da empresa para fins particulares, inclusive acesso a *e-mail* pessoal.
9. A utilização, nos ambientes de Gestão de Ativos, de Operações com o Mercado e de Análise, pelos empregados lotados na área de Operações com o Mercado, de telefones celulares e *smartphones*. O uso de *Notebooks* e *Tablets* (exceto os corporativos) é vedado a todos, nas dependências da BB DTVM, exceto os utilizados exclusivamente nas salas de reunião pelos visitantes convidados.
10. Submeter as pessoas com quem mantém contato profissional à intimidação, assédio ou qualquer atitude de discriminação de qualquer natureza.

CAPÍTULO II – CONFLITO DE INTERESSE

1. Os conselheiros, membros da Diretoria Executiva, empregados e colaboradores da BB DTVM devem abster-se da prática de qualquer ato (ação ou omissão) que possam provocar conflitos entre seus interesses pessoais e os da empresa ao tratar com fornecedores, clientes, prestadores de serviços e qualquer pessoa física ou jurídica que realize ou venha a realizar negócios com a BB DTVM.
2. Como exemplos de situações que podem provocar conflitos de interesse relacionam-se as seguintes:
 - a) Exercer atividade que implique na prestação de serviços ou na manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do conselheiro, membros da Diretoria Executiva, empregado, colaborador ou de colegiado do qual estes participem;
 - b) Exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;
 - c) Atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados junto à BB DTVM;
 - d) Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado, colaborador, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, e que possa ser por ele beneficiado ou influir em seus atos de gestão;

- e) Receber presente de quem tenha interesse em decisão, do conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado, colaborador ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos no Manual de Alçadas da BB DTVM;
 - f) Prestar serviços, ainda que eventuais, à empresa cuja atividade seja objeto de análise ou decisão de investimento por parte dos fundos da BB DTVM;
 - g) Realizar a análise de ações ou outros ativos de emissão de companhias por conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado ou colaborador que possua:
 - ✓ Relacionamento pessoal com indivíduos ligados à companhia analisada que poderiam se beneficiar de uma análise positiva ou ainda possam ter acesso a informações confidenciais da companhia; ou
 - ✓ Investimentos pessoais em tal companhia (vide Capítulo V).
 - h) Realizar operações de compra ou venda de títulos e valores mobiliários, em nome dos fundos de investimentos, em ativos de emissão de companhias em que o conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado ou colaborador possua relacionamento pessoal com indivíduos ligados à companhia investida que poderiam se beneficiar da operação realizada ou ainda possam ter acesso a informações confidenciais da companhia;
 - i) Negociar contratos ou interesses de qualquer natureza, em nome da BB DTVM, com pessoas ligadas à contraparte dos referidos contratos ou interesses em negociação, com quem o conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado ou colaborador possua relacionamento pessoal;
 - j) Declarar-se impedido de conduzir assuntos ou negócios com agente público com poder decisório no âmbito dos órgãos e entidades do governo, com o qual tenha relação de parentesco, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até 3º grau.
3. Entende-se por “relacionamento pessoal” qualquer relacionamento do empregado com pessoa física ou jurídica por meio do qual o conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado, colaborador e/ou pessoas a ele ligadas possam se beneficiar da situação conflituosa.
4. Este Manual possibilita avaliar diversas situações que podem eventualmente ocorrer no cotidiano da BB DTVM. No entanto, não esgota todas as possibilidades e situações que possam ser vivenciadas. Havendo dúvidas ao enfrentar o caso concreto, que contrarie as normas deste Manual e princípios estabelecidos no Código de Conduta do BB, o conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado ou colaborador deve procurar a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade para obter a orientação mais adequada.
5. Mesmo que haja apenas a suspeita de uma potencial situação de conflito ou ocorrência de uma ação que possa afetar os interesses da BB DTVM, o conselheiro, membro da Diretoria Executiva, empregado ou colaborador deverá seguir essa mesma orientação acima.

CAPÍTULO III – RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

3.1 CLIENTES

1. Atender os clientes com eficiência e cortesia, prestando informações claras, precisas e transparentes.
2. Guardar total confidencialidade com relação às informações recebidas em decorrência do relacionamento com os clientes.
3. Recusar a participação ou intermediação de terceiros em negócios ou propostas que não estejam em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes.

3.2 MERCADO E CONCORRENTES

1. Pautar o relacionamento pelos princípios éticos deste Manual, pelas normas e legislação aplicáveis.
2. Obedecer à prática de, em reuniões com representantes de fornecedores, instituições e outros atores que atuam no mercado de capitais e de administração e/ou gestão de recursos de terceiros, fazer-se acompanhar de, no mínimo, mais um empregado da empresa.
3. Manter relacionamento comercial com instituições que possuam práticas para a prevenção e o combate à corrupção, a qualquer tipo de ilícito, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

3.3 IMPRENSA E MÍDIA DIGITAL

1. Abster-se de efetuar declarações não autorizadas a respeito da Instituição e de seus clientes aos meios de comunicação, qualquer que seja a forma.
2. Fazer-se acompanhar, em entrevistas ou declarações, por empregado encarregado das funções de assessoria de imprensa, quando autorizado pela Diretoria Executiva.
3. Dar prévio conhecimento e obter prévia autorização da Diretoria para contato de qualquer natureza com a imprensa.
4. Preservar a segurança da informação, abstendo-se de tratar de assuntos sigilosos, de uso interno da BB DTVM, em salas de conversação, redes sociais e aplicativos com acesso pela internet.

3.4 GOVERNO

1. Atuar em conformidade com as diretrizes internacionais no que diz respeito à evasão fiscal, prevenção e combate à corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
2. Repudiar quaisquer atos de corrupção praticados contra governos, administração pública, brasileira ou estrangeira, em qualquer uma de suas esferas, tais como:
 - a) Garantir, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida a agente público, ou a terceiro a ele relacionado;
 - b) Financiar, custear, patrocinar, ou de qualquer modo subvencionar a prática de qualquer ato ilícito;
 - c) Induzir a realizar ou deixar de realizar qualquer ação em violação à sua obrigação legal;
 - d) Obter, manter ou direcionar negócios de maneira indevida;
 - e) Afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão;
 - f) Utilizar intermediário, pessoa física ou jurídica, para ocultar ou dissimular o interesse ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
 - g) Frustrar, fraudar, obter vantagem ou benefício indevido, impedir, perturbar ou manipular o caráter competitivo de procedimento licitatório;
 - h) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização ou intervir em sua atuação.
3. Relacionar-se com o poder público independentemente das convicções ideológicas dos seus titulares.

3.5 ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA

1. O acesso às dependências da BB DTVM pelo corpo funcional e prestadores de serviços é restrito ao cumprimento de suas atividades profissionais:
 - a) Empregados do Banco do Brasil, das Auditorias Externas e demais prestadores de serviços, no estrito exercício de suas atividades profissionais rotineiras de prestação de serviços à BB DTVM ou de interveniência por conta e ordem do BB, terão acesso às dependências mediante prévio conhecimento e prévia autorização do Gerente Executivo da área responsável pela visita/prestação de serviços;
 - b) Demais empregados do Banco do Brasil, no estrito exercício de suas atividades profissionais, têm acesso condicionado à autorização e acompanhamento do Gerente de Divisão da área envolvida, ou de Assessor por este designado;

- c) Visitantes e convidados, empregados do BB ou não, serão recepcionados exclusivamente nas salas de reunião. A circulação desses pelas dependências da BB DTVM só será permitida com o prévio conhecimento e prévia autorização dos Gerentes Executivos das áreas envolvidas.
- 2. O acesso aos ambientes de Gestão de Ativos, de Operações com o Mercado e de Análise é restrito aos empregados das próprias áreas, no estrito cumprimento de suas atividades profissionais.
- 3. Além dos Diretores e dos Gerentes Executivos, também têm acesso às áreas citadas no item 2 acima, no estrito cumprimento de suas atividades profissionais:
 - a) Os Gerentes de Divisão e de Equipe;
 - b) Os empregados das Divisões Administrativa, de Governança e Planejamento, de Conformidade, das Divisões de Risco e TI;
 - c) Demais empregados do BB e prestadores de serviços à BB DTVM, observadas as condições do item “3.5”, alínea “1.a”, deste Manual.
 - d) As exceções devem ter prévio conhecimento e autorização da Gerência Executiva da área acessada quando se tratar de empregados da BB DTVM, e da Diretoria, quando se tratar de pessoas externas à Empresa;
 - e) Quando se tratar de atividade de fiscalização ou supervisão de órgãos externos ao Banco do Brasil (CVM, ANBIMA, BACEN, etc.), com prévio conhecimento e prévia autorização da Diretoria, o acesso e a permanência nas referidas áreas devem ter acompanhamento de empregado da Divisão de Conformidade.

CAPÍTULO IV - PRESENTES E FAVORES

- 1. É vedado solicitar ou aceitar qualquer tipo de favorecimento pessoal em troca de negócios com a empresa.
- 2. Poderão ser aceitos brindes de baixo valor, tais como canetas promocionais, agendas, camisetas, redomas e outros, limitado seu valor a R\$ 100,00 (cem reais), exceto valores monetários de qualquer monta.
- 3. Os brindes, eventualmente recebidos a qualquer título, não enquadrados no item anterior, não procedentes de programa de reconhecimento interno, deverão ser doados pelo beneficiário à Fundação Banco do Brasil ou à instituição beneficente sem fins lucrativos.
 - a) As doações desses presentes e brindes devem ser comunicadas à Divisão Administrativa da BB DTVM.

4. Deve ser recusado presente ou brinde, ainda que no valor permitido, se sua característica ou circunstância indicar a intenção de influenciar a imparcialidade do processo decisório.
5. Para oferecer brindes e presentes em nome da BB DTVM ou do Banco do Brasil para agente público, deve-se observar os limites existentes na legislação local, nas legislações que tratam de suborno transnacional e nas regras e políticas da instituição daquele que receberá a cortesia.

CAPÍTULO V – NORMAS PARA INVESTIMENTOS PESSOAIS

5.1 REGRAS E CONDIÇÕES PARA NEGOCIAÇÃO DE ATIVOS

Regras gerais

1. As operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários negociadas no mercado doméstico organizado de Bolsa e de Títulos Públicos Federais (modalidade de Tesouro Direto) serão obrigatoriamente cursadas no *Home Broker* do Banco do Brasil.
2. Os empregados e membros da Diretoria Executiva que vierem a ser empossados na BB DTVM poderão manter as posições já detidas – exceto derivativos – anteriormente à assinatura do Termo de Ciência.
3. Posições anteriormente à posse na BB DTVM detidas em derivativos deverão ser desfeitas em até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Termo de Ciência e Concordância.
4. A aquisição de ações objetivando a participação como Representante de fundos de investimento administrados e/ou geridos pela BB DTVM em conselhos fiscais ou de administração em empresas não encontra vedação nas normas apresentadas.
5. Para efeito das normas aplicáveis aos autorregulados, equiparam-se às negociações das ações do Banco do Brasil, BB Seguridade e Cielo, as movimentações de cotas do Clube de Investimento dos Empregados do Banco do Brasil e os seguintes fundos de investimento: Fundo BB Ações BB, BB Ações Seguridade e BB Ações Cielo.

Negociação de ativos

6. A negociação de ativos pode ser realizada em duas modalidades:
 - a) Sem autorização prévia; e
 - b) Com autorização prévia.

7. Podem ser negociados sem necessidade de obtenção de autorização prévia os seguintes ativos:
- a) Aplicações em cotas de fundos de investimento de qualquer classe, prevista na Instrução CVM 555 e suas alterações, negociadas no mercado doméstico ou internacional. Para as cotas de fundos listados no item 5 acima, devem ser observadas as regras para os autorregulados.
 - b) Depósitos em caderneta de poupança;
 - c) Aplicações em RDB/CDB, LCI e LCA;
 - d) Aplicações no Tesouro Direto;
 - e) Aluguel de Ações na **posição doadora**; e
 - f) Ações de emissão do Banco do Brasil S.A., da BB Seguridade S.A. e Cielo, desde que observadas as normas para os autorregulados. Consideram-se autorregulados os conselheiros, membros da Diretoria Executiva e empregados da BB DTVM.
8. Para as negociações envolvendo ativos de qualquer natureza, negociados no mercado nacional ou internacional, em mercados organizados ou ambientes de negociação de qualquer outra natureza que não estejam expressamente relacionados no item “7”, alíneas “a - f” acima, será necessária a obtenção de autorização prévia da Divisão de Conformidade.

5.2 VEDAÇÕES

1. São vedadas as seguintes operações:
- a) Vendas a descoberto;
 - b) Aluguel de ações na posição tomadora;
 - c) Adesão ao produto Conta Margem;
 - d) Arbitragem;
 - e) Operações de *long&short*;
 - f) Operações nos mercados futuros, a termo, de opções;
 - g) Com quaisquer outros derivativos admitidos à negociação na B³, em Mercado de Balcão Organizado, sejam de renda fixa ou variável;
 - h) *Day-trade*.
2. É vedado negociar ativos em prazo inferior a 30 (trinta) dias (*holding period*), inclusive nas operações (aplicações e resgates) com fundos de investimento de uma única ação.

3. O *holding period* não se aplica àqueles ativos listados no item “7”, alíneas “a – e”, do subtítulo – “5.1 Regras e condições para negociação de ativos”.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 DÚVIDAS E DENÚNCIAS

1. Em caso de dúvida quanto à aplicação do Código de Ética e das Normas de Conduta do BB e do Manual de Diretrizes de Conduta da BB DTVM, conversar com o superior hierárquico ou consultar o Comitê de Ética, por meio de mensagem eletrônica (*e-mail*) para caixa postal bbdtvm.gestaodaetica@bb.com.br.
2. Eventuais denúncias, inclusive anônima, poderão ser encaminhadas para caixa postal bbdtvm.gestaodaetica@bb.com.br ou para o endereço: Praça XV de Novembro, 20 – 2º andar – Centro – CEP 20.010-010 – Rio de Janeiro, aos cuidados da BB Gestão de Recursos DTVM S.A. – Comitê de Ética.

6.2 RESPONSABILIZAÇÃO

1. Cabe a cada Gerente de Divisão:
 - a) Fazer cumprir na respectiva equipe os termos e vedações deste Manual;
 - b) Dar imediata ciência formal ao superior hierárquico, via *e-mail*, sob a classificação #confidencial, de qualquer transgressão praticada pelos subordinados.
2. Cabe a cada Gerente Executivo ou Diretor Executivo:
 - a) Dar imediata ciência formal ao Comitê de Ética, por meio de mensagem eletrônica (*e-mail*) para caixa postal bbdtvm.gestaodaetica@bb.com.br, sob a classificação #confidencial, das ocorrências enquadradas no item “6.2”, alínea “1.b”.
3. Aquele que descumprir o Código de Ética e as Normas de Conduta do BB, bem como as regras e orientações contidas neste manual está sujeito às penalidades estabelecidas no Manual de Controle Disciplinar da BB DTVM, e poderá ser responsabilizado na esfera judicial.

6.3 TERMO DE CIÊNCIA E DECLARAÇÃO ANUAL

1. Os conselheiros, membros da Diretoria Executiva, empregados e colaboradores assinarão:

- a) O Termo de Ciência e Concordância com o Manual de Diretrizes de Conduta Ética da BB DTVM, modelo em anexo, renovando-o anualmente, sempre com data do primeiro dia útil do ano civil, ou quando da ocorrência de alterações;
 - b) A Declaração Anual de Observância ao Manual de Diretrizes de Conduta Ética da BB DTVM, modelo em anexo, sempre com data do último dia útil do ano civil.
2. Em caso de ausência nas datas indicadas nas alíneas “a” e “b” do item “1”, o Termo e a Declaração devem ser assinados quando do imediato retorno.
 3. Os Termos e Declarações dos membros da Diretoria Executiva e dos conselheiros serão colhidos pela Divisão de Governança e Planejamento.
 4. Os Termos e Declarações dos colaboradores serão colhidos pela Divisão Administrativa.
 5. Os Termos e Declarações dos empregados serão colhidos pela Divisão de Conformidade.
 6. Caberá à Divisão Administrativa o arquivamento dos Termos e Declarações.

6.4 PRAZO DE REVISÃO

O presente Manual deverá ser objeto de revisão, no mínimo, a cada três anos, a contar da data de sua última revisão, ou qualquer momento, na ocorrência de fato relevante ou mudança na legislação.